

## O sertão paraibano na pauta do discurso: da desesperança a formação de um lócus produtivo

### The backlands of paraiba in tariff of speech: hopelessness formation of a productive locus

*Francisco Valdenir Lima<sup>1</sup>, Aline Carla de Medeiros<sup>2</sup>, Maria da Gloria Borba Borges<sup>3</sup>, Sidran Castro Alves da Silva<sup>4</sup>, Anderson Bruno Anacleto de Andrade<sup>5</sup>*

**RESUMO** - A história da ocupação do sertão da Paraíba revela a adoção de um modelo baseado na instalação de grandes propriedades de terras para a expansão pecuarista e, mais tarde, para a produção da monocultura de exportação cotonicultura e sua inserção nos mercados internacionais. A expansão algodoeira representou uma nova fonte de renda no sertão da Paraíba e até a penúltima década do século XX, foi responsável pela formação de uma classe política dominante que ainda hoje tem grande influência sobre as ações de desenvolvimento pensadas para a região. Três décadas após a derrocada do ciclo algodoeiro, a cidade de Sousa-PB ressurgiu como lócus produtivo através da criação do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PIVAS), que implantou um modelo agrícola pautado no agronegócio, com a produção de grãos e fruticultura irrigada para a exportação. Nessa perspectiva, o presente artigo analisa em que moldes se deu a gestação e nascimento do PIVAS, avaliando se sua efetivação revela ligação com o poder oligárquico local e se a exploração imagética do projeto em relação à redenção social e econômica da região é condizente com o ideário de prosperidade que se vislumbrou antes de sua efetivação.

**Palavras-chaves:** Cotonicultura; Oligarquias Rurais; Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa; Desenvolvimento Regional.

**ABSTRACT** - The story of the occupation of the backlands of Paraíba reveals the adoption of a model based on the installation of large landholdings to the farmer and, later expanding into the production of monoculture export cotton and their insertion in international markets. The cotton expansion represented a new source of income in the backwoods of Paraíba and until the penultimate decade of the twentieth century, was responsible for the formation of a ruling political class that still has a great influence on the development actions designed for the region. Three decades after the collapse of the cotton cycle, the city of Sousa-PB reappears as productive locus by creating Irrigation Project Floodplains de Sousa (waterbuck), which implemented an agricultural model based on agribusiness, with the production of grains and irrigated horticulture for export. In this perspective, this article analyzes what form it took pregnancy and birth of waterbuck, assessing whether its execution reveals link with the local oligarchic power and imagery exploitation project in relation to social and economic redemption in the region is consistent with the ideals of prosperity that saw before his execution.

**Keywords:** Cotton Production; Rural Oligarchies; Irrigation Project Floodplains de Sousa; Regional Development.

\*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 20/08/2014; aprovado em 26/09/2014

<sup>1</sup>EEEM – Mestre Júlio Sarmento – SEEC-PB. E-mail: valdenirlima10@hotmail.com

<sup>2</sup>Mestranda do programa de Sistemas Agroindustriais da CCTA/UFPG – Pombal – PB. E-mail: alinecarla.edu@gmail.com

<sup>3</sup>Mestranda do programa de Sistemas Agroindustriais da CCTA/UFPG – Pombal – PB. E-mail: borbagloria@hotmail.com

<sup>4</sup>Mestrando do programa de Sistemas Agroindustriais da CCTA/UFPG – Pombal – PB. E-mail: sidrancastro@hotmail.com

<sup>5</sup>Mestrando do programa de Sistemas Agroindustriais da CCTA/UFPG – Pombal – PB. E-mail: bdeandrade3@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O município de Sousa-PB esta encravado em pleno sertão paraibano, ocupando uma área de 738,5 km<sup>2</sup> (IBGE, 2013), e é o terceiro maior do Estado em extensão territorial. Reconhecido historicamente como tradicional pólo agropecuário, foi sinônimo de lócus de desenvolvimento e de geração de emprego e renda através de atividades tradicionais como a pecuária bovina e a cotonicultura.

O plantio do “ouro branco” do sertão, além de simbolizar ostentação e riqueza de famílias tradicionais sousenses, colocou o município como um dos mais importantes do Nordeste, e embora condições desfavoráveis tenham resultado em seu declínio, as terras hoje pertencentes às Várzeas de Sousa reafirmam sua potencialidade natural através de um projeto de irrigação, de conotações empresariais, que vem sendo desenvolvido na área com a produção de gêneros agrícolas para o mercado nacional e internacional.

Essa realidade tem provocado mudanças nas relações de trabalho e de produção, bem como à reestruturação do espaço, o que tem incidido na formação de uma nova territorialidade na região.

### “OUTRO CICLO SE ABRE E SE FECHA NA FLOR DO ALGODÃO” – DO APOGEU DA COTONICULTURA SERTANEJA AO FIM DO ELDORADO QUE SE IDEALIZOU

A partir do século XVIII, a produção colonial é reorganizada e redefinida a partir da ascensão de um novo produto no mercado internacional: o algodão.

De planta nativa a produto de exportação, ganha importância sobretudo com o desenvolvimento industrial

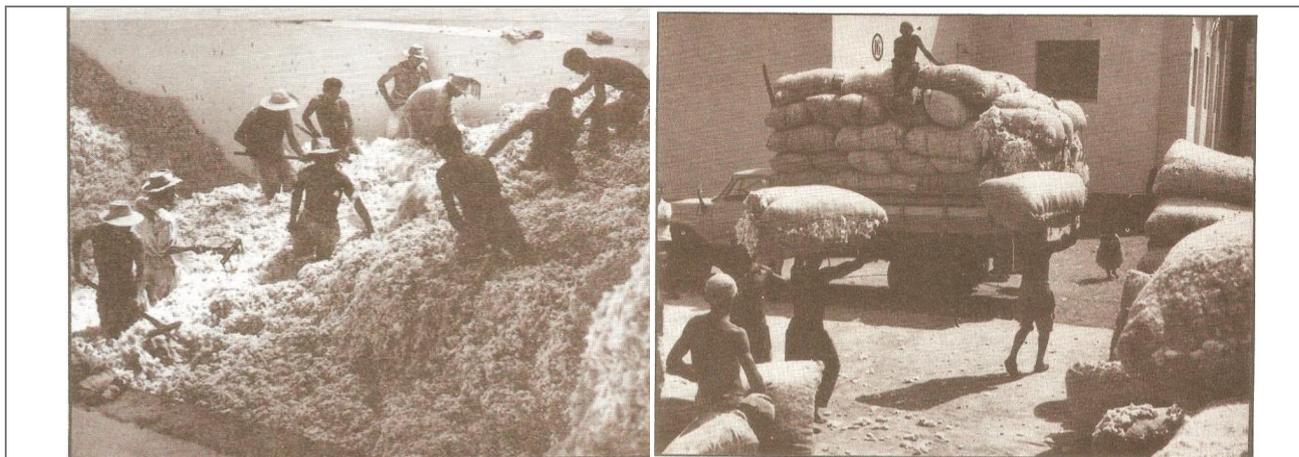
têxtil da Inglaterra, o que promoveria o Brasil a condição de grande fornecedor. As virtuosidades naturais da região, como solo e clima propícios, aliados a fatores de ordem externa como a Guerra Civil Americana, prejudicando o setor algodoeiro daquele país, aumentaram a demanda externa e fizeram do Nordeste o principal centro produtor do Brasil, redefinindo seu papel na organização interna da Colômbia.

A economia algodoeira tornou-se elemento propulsor do desenvolvimento do Nordeste, garantindo a geração de riquezas para os proprietários de terras que acreditaram na afirmação de um novo ciclo econômico, baseado no potencial do “ouro branco” do sertão.

Embora tenha vivido um período áureo em meados do século XIX, as décadas de cinquenta a oitenta do século XX, foram palco das inúmeras transformações promovidas pela cotonicultura na região. A produção da fibra de algodão em terras dos sertões da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Maranhão contribuiu para a manutenção do homem no campo, bem como para o desenvolvimento e autoafirmação das áreas onde essa matéria-prima era cultivada.

Na Paraíba, explica Prado Junior (1994), o algodão segue o mesmo itinerário de outros estados. Rebelde à umidade e condicionado a áreas de clima menos ameno, provoca o deslocamento das plantações do litoral para o interior, chegando a ocupar o papel de principal produto da capitania paraibana, desbancando o açúcar.

Assim como aconteceu em outras áreas, na cidade de Sousa-PB, o algodão representou uma nova fonte de renda para os proprietários de terras que não viviam da pecuária ou da produção de outros gêneros agrícolas. Isso pode ser retratado nas imagens abaixo (fig. 1), que mostram a grande leva de trabalhadores empregados na atividade cotonicultora.



**Figura 1**– Trabalhadores atuando no beneficiamento do algodão e no carregamento dos caminhões que destinavam a pluma aos portos da região Nordeste.

Fonte: CARVALHO (1986).

Naquela época, costumeiramente, via-se grandes fazendeiros a desfilarem publicamente em um de seus caminhões carregados da tão valiosa pluma branca (figura 2). A ostentação e o poder que caracterizavam os patrões daquele período contrastavam com a simplicidade e modéstia de uma cidade que, assim como muitas outras,

tinha sua economia pautada na agropecuária. A cotonicultura, que aos poucos foi tomando conta de nossos campos, tornou-se o elemento propulsor da economia local e embora só tenha favorecido uma minoria, transformou o espaço rural e urbano e deu visibilidade ao município.



**Figura 2**– Caminhão carregado de plumas de algodão.  
Fonte: DANTAS (2007, p. 47).

O algodão representou bem mais do que um simples produto agrícola de sucesso, mostrando-se o fio condutor para que o sertão fosse visto como um local de cultura e agricultura de possibilidades concretas. Com o surgimento do sistema de exploração algodoeira, o volume de negócios entre as empresas e o pequeno produtor, a quantidade de promessas de compra e venda de gêneros variados e negociações à vista, feitas no comércio local, foram visíveis e crescentes.

A fé por dias melhores, que move a população ao longo da história, porém, quase sempre se desfaz por conta das injustiças que afetam a estrutura agrária no país. Embora os trabalhadores assalariados da atividade cotonicultora fossem diretamente os responsáveis pela produção e beneficiamento da pluma, foram os grandes proprietários de terra e os usineiros que se perpetuaram como os senhores do poderio econômico e político na região, tendo seu prestígio reconhecido por todos, a exemplo da tradicional família Gadelha.

Entre os homens de influência de Sousa, André Avelino de Paiva Gadelha – popularmente conhecido como “Zabilo” Gadelha – se tornou o maior possuidor de fortuna em terras e dono de usinas de beneficiamento de algodão, além de ter facilmente transitado entre os principais cargos políticos até chegar a vice-governador do Estado da Paraíba, em 1961<sup>1</sup>.

A escassa historiografia sousense elenca figuras como Zabilo Gadelha e sua parentela, como também a presença de outras famílias tradicionais que hoje, coincidentemente ou não, são as mãos que traçam os destinos dos projetos voltados para agricultura seja no âmbito local ou regional. E quase que esquecidos, se não fossem os registros do documentário “O País de São Saruê”, de 1979, os camponeses teriam sua labuta ignorada pela sombra dos “grandes sousenses”.

O País de São Saruê conseguiu transmitir, o que seu diretor, Vladimir Carvalho, chama de “pauperismo descarnado” do sertão. No documentário, que foi

transcrito na forma de livro e, devido à censura, só teve seu lançamento autorizado em 1986, Carvalho denuncia a exploração dos trabalhadores pelos donos de terras.

A parte do filme dedicado ao algodão baseia-se na denúncia documental das relações sociais de subjugação pautada nos modos de produção no sertão paraibano. A longa sequência de um colhedor de algodão não precisa de narração direta. As imagens denunciam tudo ao entendimento de qualquer espectador. O homem chega em casa, juntamente com sua mulher, carregando sacos de algodão apanhado. A mulher segue para a cozinha e o homem pega sua espingarda e sai em busca de alimento. Em ato contínuo, o homem aciona o gatilho e depois recolhe a caça abatida: um pássaro (CARVALHO, 1986). No documentário está presente a narração de um poema de Jomar Moraes Souto, que nos faz viajar no tempo e fantasiar àquele cenário:

*Mulher, depene este pássaro.  
Asse-o na trempe, depois.  
Dê ao menino um pedaço,  
a sobra dá pra nós dois.  
Amanhã vou para a rua  
vender plumas de algodão.  
Volto de noite com a lua  
e rapaduras na mão.  
Tenho fé na Santa Madre  
Maria da Conceição.  
Que na casa do compadre  
vai dar bom peso o algodão  
Não me incomodo com a estrada  
e os pedregulhos no chão.  
Eu sou um José na cangalha  
mas o céu me dá proteção.  
Nem me incomodo com a sede  
que vai me dar também, não.  
Faço fé que, na parede,  
quando eu pesar o algodão,  
São Miguel se compadeça  
e mate mesmo o dragão.  
E dê um jeito que desça  
aqui pra junto da gente  
aquela outra balança  
que ele sustenta na mão  
pra pesar com segurança  
minhas plumas de algodão  
São Miguel está na sala  
lanceteando um dragão...  
E a balança não resvala  
para quem dá duro não.  
Uma sagrada balança  
ele sustenta na mão  
Na outra uma lança  
lancetando um dragão  
Ele vai fazer mais justos  
os preços que a pluma dão.  
Afinal custaram custos  
minhas ramas de algodão  
E ele sabe é dura a lida  
pra vive no sertão  
onde é difícil a farinha*

<sup>1</sup> Zabilo Gadelha foi eleito prefeito de Sousa para o quadriênio 1959-1962, porém afastou-se do cargo no fim de 1960, para candidatar-se, vencer e assumir o cargo de vice-governador da Paraíba em 1961, ao lado de Pedro Gondim, eleito governador.

*é difícil o feijão  
Onde fácil é somente  
encontrar rimas em ão  
e aspereza e sol quente  
e lembranças de dragão.*

Fonte: SOUTO apud CARVALHO (op. cit., p. 66-71).

No poema, feito após as imagens captadas pelo diretor, o eu-lírico toma a voz do pobre colhedor e salienta a luta pela necessidade de serem justos os preços de seu algodão. O cultivo era feito em regime de meiação ou de meia, em que a força de trabalho e o dono da propriedade dividem, em partes iguais, os produtos do amanhã do solo. O colhedor chega a um copiá de um rancho e entrega ao compadre seu algodão para ser pesado numa espécie de balança primitiva, em que os pesos são enormes pedras, que o compadre coloca nas bandejas feitas de madeira. Durante a pesagem, recostado a um canto, decerto imagina como seria diferente se sua safra desse algum lucro e não o deixasse escravo para o outro ano, sem possibilidades de carregar mais do que uma camisa em farrapos.

O poema retrata justamente esse comentário sobre as desigualdades dos meios de produção metaforicamente ilustrado por um quadro existente na parede da casa, do Arcanjo Miguel empunhando uma balança e uma espada, representando a revolta e a justiça ao mesmo tempo.

A favor do sertanejo, o que quase sempre conta é sua obstinação por dias melhores, mas as dificuldades em sobreviver em uma terra castigada pelas intempéries naturais e arruinada pela desigualdade social, faz despertar ou incutir no ideário popular a crença de uma terra atrasada por inatividade de seu povo<sup>2</sup>.

A fome de algodão provocada pela Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865), fez com que a preciosa pluma ganhasse o mercado internacional e no município de Sousa, as quatro grandes usinas geravam um faturamento anual de cerca de setecentos mil cruzeiros, cada uma, soma vultosa, se considerarmos todo o atraso e o empirismo dos meios de produção (CARVALHO, *ibid.*).

Anos mais tarde, a derrocada da monocultura algodoeira não dar-se-ia, tão somente, pela “praga do bicudo”, mas em virtude da concorrência estrangeira e a consequente diminuição do preço da pluma e dos derivados do algodão no mercado internacional, além das mudanças nas políticas de crédito rural que se tornaram desfavoráveis aos pequenos produtores.

O sertão nordestino, enquanto grande área produtora e exportadora de algodão, viveu mais um problema de ordem econômica e social que afetou todas as classes envolvidas naquele ciclo. Até os poderosos donos de terra sucumbiram às estratégias das companhias que

compravam o algodão aqui produzido. Utilizando-se de mecanismos típicos da “lei da oferta e da procura”, as grandes empresas estrangeiras iniciaram o processo de infiltração do imperialismo multinacional no sertão, passando a regular o preço pago pela pluma, ora aumentando-o e impedindo que as empresas locais a adquirissem, ora rebaixando-o, prejudicando e desvalorizando o trabalho dos plantadores de algodão.

Sem condições de continuar a labuta no campo, uma infinidade de agricultores trilhou a estrada para as cidades. Dezenas de núcleos urbanos nordestinos viveram a sina de ter sua arrecadação reduzida, em face da crise do setor algodoeiro<sup>3</sup>, e como prêmio ainda tiveram que absorver o contingente expulso das áreas rurais.

Esse processo ocorreu, do mesmo modo, na cidade de Sousa-PB que viu muitos de seus filhos “jogados a sua própria sorte”, seguindo a única rota que lhes restavam: o caminho da cidade. O resultado desse processo foi a favelização das áreas periféricas da cidade e consequente marginalização de um povo que durante décadas derramou seu suor e foi obrigado a esquecer seus sonhos, seus ideais. Sem muito a lhes restar, esses migrantes “barrados no baile” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 178), agora se viam fadados a enclausurarem sua vida na cidade e renegarem seu modo de vida campesino, já que este não teria serventia na nova realidade urbana em que se inseriam.

A falsa impressão de riqueza que se propagou durante a fase áurea do algodão na cidade de Sousa-PB, obscureceu o grave problema que historicamente se constituiu em torno da prática da monocultura: o sucesso e o posterior fracasso que acompanharam qualquer ciclo agrícola no país. Tal acontecimento, relacionado ao fato de que a economia brasileira durante muito tempo foi pensada em função das elites agrárias que priorizaram a monocultura, constituiu um grave erro histórico, já que a cada oscilação do mercado surgia um clima de medo e insegurança em todos os setores da sociedade.

A análise das circunstâncias históricas que resultaram na derrocada da cotonicultura em terras sertanejas nos ajuda a entender as relações sociais presentes no campo e a situação de submissão camponesa no contexto dessas relações. Hoje existem milhares de trabalhadores rurais sem-terra, ao lado de tanto outros milhares com terras inviáveis para a produção ou sem crédito para fazê-lo. Expulsos do campo, ou afugentados para as cidades<sup>4</sup>, a grande maioria dessa massa já perdeu seus sonhos e, com eles, “os laços socioeconômicos e culturais com a terra.” (MARIANO NETO, 2004, p. 5).

<sup>2</sup> Antônio Mariz, prefeito da cidade de Sousa-PB, durante o período das filmagens do documentário, na década de 1960, enfatizou que as populações rurais são vítimas da estrutura agrária concentradora e, por muitas vezes não tendo a quem recorrer, restava-lhes apenas pedir auxílio aos administradores públicos. Assim, Mariz entendia que “esse pedir permanente não revela ociosidade nem aversão ao trabalho como poderia parecer aos mais rigorosos ou intolerantes. É antes a imagem da pobreza regional que não decorre nem da natureza nem do temperamento, nem da formação do povo. Mas que é fruto de longos erros acumulados na forma de explorar a terra, na forma de criar e distribuir riquezas” (MARIZ apud CARVALHO, 1986, pp. 104-105).

<sup>3</sup> A crise no setor algodoeiro provocou um colapso sem precedentes, afetando diretamente as áreas produtoras e milhares de nordestinos que viam no algodão sua fonte de prosperidade. Esse processo, contudo, criou uma situação inusitada: “no início da década de setenta, nós éramos um dos maiores exportadores de pluma (considerada a melhor do mundo em todos os testes), vinte anos depois já importávamos esse produto de terras estrangeiras.” (DANTAS, 2006, p. 30).

<sup>4</sup> Acerca da nova realidade vivida nas cidades, Mariano Neto (2004, p. 12) chega a conceber o espaço urbano como “terra de ninguém” e elucida que “os antigos moradores da zona rural, expulsos da terra, chegam para morar no espaço urbano e sem muito entender o ‘supetão das mudanças acordam na rua’, atordoados diante de tantas novidades que só o urbano pode oferecer, mas que nem todos podem absorver.”

## PIVAS – DE ESPAÇO PRODUTIVO TRADICIONAL A PÓLO AGRÍCOLA INTEGRADO A ECONOMIA GLOBALIZADA

Como enfatizado, o município de Sousa assistiu a implantação de atividades rurais pautadas no latifúndio e na produção para a exportação. A conjuntura econômica desfavorável em determinado período aliada a outros fatores, repercutiram no declínio dessas atividades e no conseqüente fim de um ciclo de prosperidade, particularmente para as oligarquias rurais da região.

A cotonicultura que durante décadas foi considerada a “redenção do sertão”, nos últimos anos vem ressurgindo em face de novos investimentos que têm promovido a reestruturação produtiva do espaço. Sua revitalização em Sousa e no sertão paraibano, tem sido possível graças à iniciativa de pequenos produtores e de grandes empresas agrícolas que têm investido na melhoria genética das sementes e utilizado tecnologias modernas na produção da variedade tradicional – algodão branco -, e também no desenvolvimento do algodão colorido.

Embora o plantio de algodão tenha se retraído no início da década de 1980, a atividade nunca deixou de ser praticada por camponeses e pequenos produtores da região. Contudo, em grande escala, a atividade vem sendo retomada, no alto sertão paraibano, após cerca de 30 anos de seu declínio, graças ao Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PIVAS).

Resultado de um novo discurso sobre o aproveitamento dos recursos hídricos e da “inserção dos lugares de reserva à produção e consumo agropecuários globalizados” (ELIAS, 2006, p. 15), o PIVAS é uma iniciativa do Governo do Estado da Paraíba objetivando o desenvolvimento de atividades agrícolas e agroindustriais para o atendimento ao mercado local, nacional e internacional.

Idealizado desde a década de 1930, como política de combate aos efeitos da seca, após uma série de estudos realizados sobre a viabilidade da irrigação das terras pertencentes às Várzeas da cidade de Sousa-PB, o PIVAS tomou forma em meio às discussões e ações do Governo Federal durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990.

Na Paraíba, durante o governo José Maranhão (1997-2002), a conclusão das obras do canal adutor (Canal da Redenção), em 1998, que liga a Barragem Coremas/Mãe D’água<sup>5</sup>, no município de Coremas, ao PIVAS, constituiu a primeira etapa de uma idealização maior denominada “Plano das Águas”. Após a promulgação do Decreto nº 20.843 de 29 de dezembro de 1999, 6.335,74 hectares de terras são desapropriados pelo governo, visando à construção da infraestrutura e a distribuição de lotes para a produção de uma diversidade

de gêneros alimentícios, sementes e matérias-primas oleaginosas.

A primeira proposta de divisão territorial da área onde seria instalado o PIVAS, datada de 1997, foi modificada em 2006. Na nova divisão, o perímetro passou a ter como finalidade a irrigação de uma área total de 4.390,79 ha com 178 lotes para pequenos produtores, 18 lotes empresariais, 11 lotes destinados a pesquisa/experimentação/extensão e 1 lote cedido ao INCRA para o assentamento de 141 famílias (tabela 1).

**Tabela 1**– Divisão atual dos lotes no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PB

<b>Categoria</b>	<b>nº de lotes</b>	<b>área (ha)</b>
<b>1.0 – Pequeno Produtor</b>	<b>179</b>	<b>2.065,39</b>
1.1 – Pequenos produtores selecionados	178	992,53
1.2 – Assentamento do INCRA (141 famílias)	1	1.007,30
1.3 – Área de baixa aptidão para irrigação	--	65,56
<b>2.0 – Empresarial</b>	<b>18</b>	<b>2.309,16</b>
2.1 – Empresa Santana Algodoeira	7	1.025,51
2.2 – Empresa Mocê Agropecuária	2	324,17
2.3 – Empresa Agroveter	1	49,37
2.4 – Área disponível para licitação	8	910,11
<b>3.0 – Pesquisa/Experimentação/Extensão</b>	<b>11</b>	<b>81,80</b>
3.1 – EMEPA/PB	5	30,00
3.2 – Instituto Federal da Paraíba – Sousa/PB	2	10,00
3.3 – EMPASA/PB	3	14,64
3.4 – EMBRAPA (proposta a concretizar)	1	27,16
<b>4.0 – Áreas Ambientais</b>	<b>--</b>	<b>1.473,55</b>
4.1 – Reserva Legal	--	1.267,18
4.2 – Preservação Permanente	--	206,37
<b>5.0 – Área de infraestrutura/corredores da fauna</b>	<b>--</b>	<b>405,84</b>
<b>ÁREA TOTAL DO PERÍMETRO</b>	<b>208</b>	<b>6.335,74</b>

Fonte: OLIVEIRA e ARAÚJO, 2010. Organizado por LIMA, F. V.

Na nova proposta, definitiva e atual, verificamos que houve o aumento da área destinada aos lotes empresariais, denominados de lotes âncoras, que teoricamente deveriam ter a dupla finalidade de fazer a transferência de tecnologia para os assentados e de abrir o mercado, e exclusão dos lotes destinados a agrônomos e técnicos agrícolas. Por outro lado, houve a definição de lotes com baixa aptidão para irrigação e áreas de infraestrutura e a destinação de lotes reservados a proteção da biodiversidade. Além disso, em virtude da luta dos movimentos do campo, houve aumento na área destinada a fins de reforma agrária (Figura 3).

<sup>5</sup> A água oriunda do sistema de açudes Coremas/Mãe D’água é conduzida pelo canal adutor até o reservatório de compensação, a partir do qual é recalçada pela estação de bombeamento e adutora principal até o reservatório de distribuição de onde é distribuída por gravidade para todo o perímetro através da rede de distribuição, formada pela linha principal e seus níveis subordinados, atendendo aos diversos setores hidráulicos. A rede de distribuição é constituída por linhas adutoras, sendo uma principal, quatro secundárias, doze terciárias e onze quaternárias (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2010).



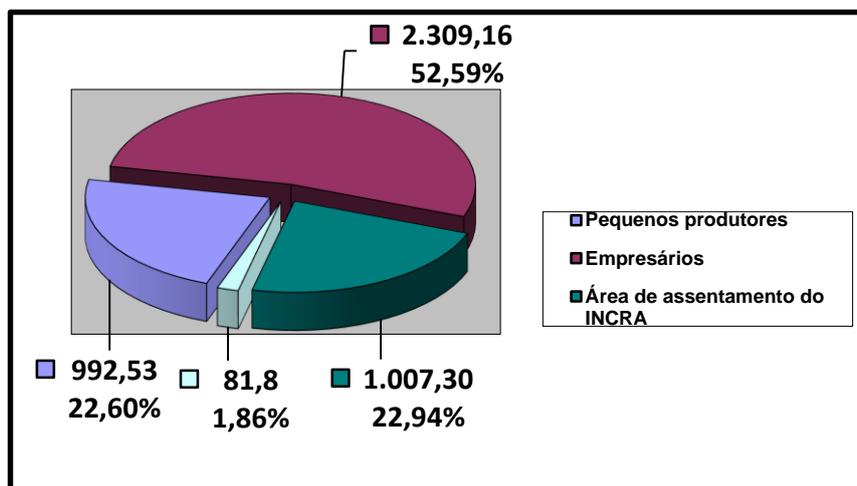
terras férteis daquela região produtora. Da idealização à sua materialização, várias modificações foram realizadas em seu plano para melhor adaptação aos interesses políticos e empresariais até chegar a sua versão final, instituída e instalada hoje.

Sobre essa temática, lúcidas são as palavras de Lima (2009, p. 28), que assim se posicionou:

É possível observar que o Estado é um aliado da classe dominante. A classe dominante, por sua vez, exerce pressão política e econômica sobre o Estado visando não só o atendimento de suas necessidades como também a legitimação de ações que se dão em detrimento das classes menos favorecidas. Neste sentido, o Estado atua de forma contraditória. Isto porque utiliza um discurso voltado para atendimento das necessidades da população, mas, concretamente, alia-se e subordina-se a uma única classe, que é a que detém o poder político e econômico.

Nessa discussão, percebemos que embora o projeto tenha sido apontado como a “redenção” da região, o imaginário criado em face de sua implantação parece não se harmonizar com a realidade que o acompanha atualmente. O discurso progressista que outrora se proferiu ficou apenas na retórica, já que diversos problemas maculam o projeto desde sua idealização, desviando-o de sua maior finalidade que é a redução da pobreza rural, geração de oportunidades para o homem do campo e para o desenvolvimento econômico e social de toda uma região.

#### Os modelos produtivos do PIVAS



**Figura 4-** Divisão da área irrigável no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (em %).

Fonte: Elaborado por LIMA, F. V., 2012, com base em dados da pesquisa.

Dentre as empresas que atualmente exploram a agropecuária científica e de base tecnológica no PIVAS, destaca-se a Santana Agroindustrial, pertencente ao Grupo Santana S/A<sup>6</sup>. Com matriz em Natal-RN, a referida

Atualmente, são desenvolvidos três modelos produtivos no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa: a agropecuária empresarial científica e de base tecnológica, a pequena produção qualificada e a agricultura camponesa.

#### Agropecuária empresarial científica e de base tecnológica

O PIVAS foi idealizado inicialmente para a produção de gêneros alimentícios voltados ao mercado local e regional. Embora os autores que analisaram a criação do projeto apontem como sendo seu objetivo a produção de frutas e grãos voltados a exportação, através de um modelo produtivo empresarial que congrega ciência e tecnologia e é capaz de gerar alta produtividade, é importante que vejamos isso com cautela. Nos moldes em que se pensou o projeto em 1997, a maior parte dos lotes seria destinada a agrônomos e técnicos agrícolas, que a nosso ver, não disporiam de meios econômicos e de recursos tecnológicos que os permitissem, naquele momento, desenvolverem um modelo de produção de maiores proporções.

As mudanças na planta original do projeto favoreceram o aumento da área destinada aos lotes empresariais e isso foi um atrativo para que empresas de outras partes do país se inscrevessem no processo de licitação para aquisição das terras. Embora apenas três empresas tenham adquirido os 10 lotes reservados às pessoas jurídicas, ressaltamos que a área destinada aos lotes empresariais, num todo, responde por quase 53% da área irrigável prevista no projeto, que é de 4.390,79 ha, como se observa no gráfico abaixo que retrata o percentual de terras destinado a cada segmento.

há 18 anos, trabalhando com sementes, grãos, algodão, óleos vegetais, pecuária e fruticultura. Conforme informações de seu Gerente de Campo, Leodécio Luís de Medeiros, a empresa pretende, em breve, plantar 20.000 mudas de coco em uma área de 200 ha, com vistas à industrialização da água em escala comercial.

<sup>6</sup> O Grupo Santana S/A possui filiais espalhadas pelo Nordeste, a exemplo de Assu (RN), Sousa e São Mamede (PB) e em SE e AL. Tem sob seu comando o empresário Ivanilson Araújo, que atua no mercado

empresa atua nas Várzeas de Sousa numa área de 1.025,51 ha na produção de grãos como o milho, o sorgo, o algodão e o girassol.

Ainda em fase de testes, no ano de 2008, a empresa colheu sua primeira safra de girassol, em regime de sequeiro, já que a época o sistema de irrigação, via pivô central, ainda não tinha sido instalado. Considerando ter obtido boa produtividade com essa cultura e em outros cultivos que o sucederam, o gerente de campo da Santana Agroindustrial avaliou positivamente a fertilidade das terras das Várzeas de Sousa, enfatizando que “aqui produz tudo” (Entrevista realizada com Leodécio Luis de Medeiros, em 27/04/12).

Nos últimos anos, a empresa tem voltado suas atenções para a produção de milho e do algodão. No que diz respeito à cotonicultura, a Santana Agroindustrial trabalha no sentido de revitalizar a atividade no Estado, a partir do plantio do algodão branco.

A produção em grande escala só foi conseguida no início de 2012 (entre janeiro e fevereiro), numa área de 475 hectares pertencente à referida empresa. Através de uma parceria com a Bayer, corporação alemã que atua nos setores de saúde e ciências agrícolas, foram investidos mais de R\$ 2 milhões no plantio de uma semente geneticamente modificada, objetivando sua multiplicação para comercialização aos produtores dos estados do Mato Grosso, Bahia e Goiás, os maiores do país, bem como para a recomposição dos bancos de sementes das EMATER dos estados nordestinos. Já a pluma foi beneficiada pelo Grupo Santana, na cidade de Alto dos Rodrigues-RN, e comercializada com as indústrias têxteis do Nordeste.

A Paraíba é o lugar que possui as melhores condições geográficas, solos férteis e clima propício para o desenvolvimento do algodão. A planta colhida nas Várzeas de Sousa (figura 3) se destaca pela capacidade de resistência às pragas, ciclo produtivo menor (de até 120 dias) e, sobretudo, pela alta produtividade, alcançando médias de produção somente vistas nas regiões do Oeste Baiano e Centro-Oeste.

Enquanto empresa âncora, a Santana Agroindustrial planeja estimular outros produtores interessados no cultivo do algodão, expandindo sua área de atuação. Isso pode ser feito através de parcerias com órgãos do setor agrícola, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA), o SEBRAE e, sobretudo, com os produtores rurais da região, para a expansão da atividade. O grupo pretende formar parcerias com agricultores que tiverem acima de 100 hectares<sup>7</sup>, fornecendo sementes e as estruturas necessárias aos produtores, como máquinas, além de capacitação técnica para que eles se adequem as novas tecnologias de produção agrícola e possam desenvolver a atividade algodoeira. Após a colheita, a própria Santana se prontifica em comprar toda a produção tendo em vista que seu interesse maior é pelas sementes.



**Figura 5**– Colheita do algodão realizada pela Santana Agroindustrial nas Várzeas de Sousa-PB.

Fonte: LIMA, F. V., 2012.

Além da Santana Agroindustrial, outra empresa que tem operado nas Várzeas de Sousa, nos lotes 04 e 06, é a Mocó Agropecuária Ltda. Pertencente a Pierre Landolt<sup>8</sup>, que mora na região há mais de 30 anos, a empresa tem sede instalada no município de Santa Terezinha, onde através da Fazenda Tamanduá produz alimentos orgânicos certificados, como queijos nobres (a partir do leite de vaca e de cabra), mel biodinâmico, arroz orgânico e frutas, a exemplo do melão e da minimelancia sem caroço, para a venda na região e para exportação (figura 6).

<sup>7</sup> Como o PIVAS estabeleceu poucos lotes com áreas acima de 100 ha e estes estão sob o uso da referida empresa, estarmos diante de um verdadeiro contrasenso, tendo em vista que os pequenos produtores, a quem as parcerias beneficiariam, só dispõem de lotes que variam de 5 a 10 ha.

<sup>8</sup> Pierre Landolt reside na cidade de Patos-PB, é dono da empresa de defensivos Sandoz e empresário do ramo da fruticultura irrigada na região. Adepto do modelo de produção agroecológica, seus produtos receberam selo de certificação orgânica da Demeter, viabilizando sua exportação para vários mercados mundiais.



Figura 6 – Portfólio da Fazenda Tamanduá, pertencente a Mocó Agropecuária Ltda.

Fonte: Demeter/Fazenda Tamanduá, 2012.

Conforme apontam estudos de Farias (2010), os resultados da primeira safra foram obtidos em outubro de 2007, com a produção de 25 (vinte e cinco) toneladas de melão sem caroço e minimelancia. Cultivadas no modelo agroecológico, a produção foi escoada pelo porto de Cabedelo, de onde partiu acondicionada em câmaras frigoríficas com destino ao mercado europeu.

As imagens abaixo (figura 7) mostram duas etapas do processo produtivo utilizado no cultivo do melão pela empresa Mocó Agropecuária.



Figura 7 – Produção de melão da Mocó Agropecuária Ltda.

Fonte: Coordenação do PIVAS, 2008.

### Pequena produção qualificada

A seleção dos pequenos produtores antecedeu a licitação dos lotes empresariais tendo sido, portanto, a primeira categoria a ter o direito de produzir na área a eles destinada. O processo de seleção dos produtores deu-se no fim de 2004, tendo sido conduzida pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Pesca da Paraíba (SEDAP-PB) e apoiada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Do total de 485 inscritos, 178 foram contemplados<sup>9</sup> com lotes nos setores I a IV do PIVAS, numa área de 992.53 ha, sendo-lhes garantida a concessão pelo direito real de uso das terras. A área esta subdividida como 156 lote de 5 ha, utilizados para a fruticultura, e 22 lotes de 10 ha, para o desenvolvimento da ovinocultura. Cada produtor selecionado foi contemplado com infraestrutura em seu lote, como construção de casa de

alvenaria, instalação de uma tomada d'água e eletrificação. Além disso, foram realizados cursos de capacitação destinados aos produtores, como comercialização da produção e agricultura orgânica.

Numa tentativa de superarem as dificuldades individuais e lutarem em conjunto visando à captação de recursos para fins sociais e melhoria das condições de produção e comercialização dos produtos, os 178 pequenos produtores se organizaram em 14 associações, como estratégia para o fortalecimento da categoria e “a defesa dos seus interesses quanto à comercialização, financiamentos, conquistas de novos mercados, melhoria dos padrões de gestão, redirecionamento de políticas públicas, entre outros aspectos.” (CAVALCANTI, MOTA e SILVA, 2006, p. 127).

Conforme dados levantados, a partir das pesquisas de campo e entrevistas, constatamos que a quase totalidade dos lotes que estão sendo explorados, até mesmo aqueles destinados a ovinocultura, estão produzindo frutas como o coco, a banana, a manga, a goiaba, o maracujá, a melancia e o abacaxi, sendo alguns poucos que se dedicam a produção de hortaliças (figura 8).

<sup>9</sup> A regularização fundiária na área dos 178 lotes destinados aos colonos irrigantes foi estabelecida pela Lei Estadual n.º 8.683/08. A referida lei dispõe sobre a doação dos lotes com cláusula resolúvel, ou seja, ante a existência de condições impostas aos pequenos produtores, caso houvesse o descumprimento de alguma regra, por parte destes, ao Estado caberia o direito de retomar o lote. Essa regulamentação visa evitar, assim, a venda dos lotes por produtores desinteressados em explorá-los ou o arrendamento ou utilização do sistema morador, conforme ficou definido no contrato que assinaram.



**Figura 8**– Produção de frutas (banana e goiaba) e de hortaliças nos lotes dos pequenos produtores.

Fonte: LIMA, F. V., 2012

As mudanças nos fins para os quais foram criados os lotes destinados a ovinocultura, se deve ao fato dos criadores não terem conseguido o direito ao financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), já que muitos não se enquadravam no perfil do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>10</sup> e por isso não receberam o Documento de Aptidão (DAP).

Para se conseguir o documento de aptidão, alguns critérios devem ser respeitados<sup>11</sup>, sendo os principais: a constatação de que o cliente produtor viva exclusivamente da atividade agropecuária e a obrigatoriedade de que ele more na propriedade ou em suas proximidades. Alguns produtores não foram contemplados por possuir emprego, outros por trabalhar o dia inteiro no lote e retornar a noite para suas casas nas cidades de Aparecida-PB e de Sousa-PB, e ainda há aqueles que só são encontrados no lote nos fins de semana. Qualquer um dessas situações descaracteriza o enquadramento do produtor no perfil exigido pelo PRONAF.

Além disso, outro problema enfrentado pelos pequenos produtores tem sido a dificuldade de escrituração das terras. De acordo com o engenheiro agrônomo José Antunes de Oliveira, que por 15 anos (de 1996 a 2011) foi o gerente executivo de Irrigação das

Várzeas de Sousa, os irrigantes do projeto estão impedidos de escriturar suas propriedades, devido à falta do georreferenciamento das glebas de terras e o desmembramento dos lotes, “o que tem impedido o acesso ao crédito por parte dos produtores” (OLIVEIRA *apud* NÓBREGA, 2012).

Embora saibamos das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores e concordemos que deva haver uma maior atuação do Estado na solução dos problemas enfrentados por esse segmento, não podemos ser contrários as exigências feitas pelos órgãos reguladores com vistas a evitar desvio de finalidades, fraudes ou a especulação imobiliária na área onde foram instalados os lotes dos pequenos produtores. Até porque muitos lotes estão abandonados, inoperantes ou subutilizados e isso possibilita aos mais astuciosos ou mandriões a sua venda, o que não é permitido por lei.

### Agricultura camponesa

O processo de reestruturação produtiva nas Várzeas de Sousa-PB provocou grandes impactos sobre a vida de centenas de camponeses que habitavam a área onde foi implantado o PIVAS.

Diversas famílias expropriadas de suas terras, sem restar-lhes outra alternativa, foram engrossar as fileiras dos excluídos<sup>12</sup> nas cidades de Sousa-PB e Aparecida-PB. Contudo, muitos deles, não aceitando a nova realidade imposta, entraram na luta para retornar a terra, representados pelos movimentos sociais do campo, como o MST e a CPT-Sertão. Em meio a inúmeras negociações,

<sup>10</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, foi criado em 1995 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, como estratégia de melhor direcionar os recursos escassos, destinados à política agrícola, a um “setor que mostrava dinamismo e viabilidade econômica, a agricultura familiar.” (ABRAMOVAY, 1995, p. 23). Ao criar o referido programa o governo teve como fim “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.” (BRASIL, 1996, p. 01).

<sup>11</sup> Segundo Mattei (2005) o PRONAF atende, especificamente, aos agricultores familiares, que são caracterizados a partir dos seguintes critérios: a) produtores que possuem 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; b) produtores que detêm ou exploram estabelecimentos com área de até 4 módulos fiscais; c) produtores que exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) produtores que utilizam mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00. Esses critérios elencados por Mattei, contudo, se contrapõem aqueles indicados pelo gerente de negócios do PRONAF em Sousa-PB, Emanuel Pordeus, ou seja, a necessidade de que o produtor sobreviva exclusivamente da agropecuária e que more no lote ou em suas proximidades.

<sup>12</sup> Quanto à questão social, destacamos que a desapropriação das terras de dezenas de famílias das Várzeas de Sousa, obrigou-as a fazer uma dura escolha: permanecer na luta pela reconquista da terra, ou tomarem o rumo e tentarem construir uma nova vida nas cidades de Sousa e Aparecida-PB. Embora saibamos das dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais rurais que lutam pela terra, a vida nos pequenos e médios centros urbanos é reconhecidamente difícil, principalmente para pessoas quase sempre destituídas de recursos financeiros e carentes de educação formal. Migrar para as cidades obrigou muitos ex-camponeses a reeducar seu “*modus vivendi*” e a renegarem um estilo de vida historicamente construído no meio rural. Perda de identidade e até mesmo problemas de saúde resultantes da não adaptação à nova realidade imposta, são algumas das trágicas consequências desse processo de afastamento do camponês da terra e de seu “meio de vida”.

promessas e cansaço que já duram mais de 10 anos, alguns objetivos foram conquistados, como a área de 1.007 ha cedida pelo governo ao INCRA objetivando assentar as 141 famílias instaladas as margens da BR-230.

Mesmo com a falta de infraestrutura nos lotes destinados aos camponeses, a classe se mantém firme, renovando seu espírito de luta e produzindo sua subsistência diária. Praticando a agricultura de sequeiro, nos períodos chuvosos, e com o uso apenas de defensivos naturais, conseguem produzir gêneros básicos como feijão, milho, batata, abóbora, entre outros, usados no consumo das próprias famílias e para a comercialização, como é o caso do algodão e do gergelim.

Outrossim, constatamos que a produtividade dos camponeses se manteve em bom nível, mesmo com algumas dificuldades e problemas que se impuseram como empecilhos ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, a exemplo da seca que severamente atingiu o sertão paraibano nos últimos dois anos e, sobretudo, a ausência do Estado que não estruturou os lotes, impossibilitando a esse segmento reais condições de produzir na área repassada pelo INCRA.

Além das adversidades naturais e da falta de ações efetivas do governo, outra grande luta travada pelo grupo de camponeses tem se dado contra o agronegócio implantado na região. Inicialmente expulsos de suas terras, passaram a ser atormentados pela divulgação de perda das terras doadas pelo INCRA para ampliação do modelo empresarial, e isso ocasionou diversos conflitos que resultaram na interdição da rodovia que corta o PIVAS e a ocupação de propriedades pertencentes aos grupos empresariais. Falta de respeito à causa camponesa, direcionamento das políticas públicas em benefício da grande propriedade capitalizada e uso ilegal de agrotóxicos pelas empresas instaladas no projeto são algumas das muitas denúncias feitas pelos assentados.

Um aspecto final que chama atenção diz respeito ao modelo produtivo a ser instalado na área de 1.007 ha cedida pelo governo ao INCRA<sup>13</sup> para fins de assentamento. O modelo proposto diferindo do molde convencional prevê a criação de um perímetro irrigado para os camponeses assentados, semelhante aquele criado para os 178 pequenos produtores, destinado em sua grande parte a fruticultura irrigada.

A demora nas ações do governo em dotar a área de estrutura necessária a produção, alia-se a necessidade dos camponeses em buscarem meios para resistirem nos assentamentos. Assim, muitos deles não encontrando condições de sobreviver exclusivamente de sua labuta na terra, procuram exercer atividades externas ao assentamento, as quais certamente ajudam-nos no sentido de garantir-lhes a sobrevivência e a permanência em seu torrão (FRANÇA, NETO e FREIRE, 2011).

Mesmo com os problemas que acompanham o PIVAS desde sua origem, as transformações decorrentes

do processo de modernização promovido na área de sua implantação, têm dinamizado as atividades econômicas e despertado no sertanejo a perspectiva de progresso e geração de emprego e renda na região.

Contudo, diante do jogo de forças e interesses que hoje se manifesta de forma veemente em virtude do PIVAS, é preciso compreender que o desenvolvimento do espaço rural deve ir além de um economicismo produtivista, englobando também outros aspectos representativos da vida humana (MACHADO, 2009). Acreditamos que não se pode falar em desenvolvimento quando se exclui desse conceito aspectos ligados a melhoria de vida das classes rurais, até porque se persistir o enfoque meramente produtivista nas políticas agrícolas, os camponeses e pequenos produtores tenderão a ficar cada vez mais marginalizados da órbita produtiva (GRAZIANO DA SILVA, 1996), aumentando a fileira dos excluídos da terra e dos seus frutos que a cada ano cresce lentamente em nosso país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os grandes projetos de desenvolvimento rural pensados para alavancar o semiárido nordestino têm reproduzido historicamente a lógica da concentração de capitais nos novos espaços da produção, promovendo uma reestruturação paradoxalmente benéfica e excludente ao mesmo tempo.

Assim como se sucedeu e ainda se sucede em grande parte do país, a estrutura agrária pautada no latifúndio sobrevive sem que grandes transformações se operem no sentido de possibilitar uma melhor ou menos desigual distribuição de terras no meio rural. O sucesso das elites agrárias perpassa os tempos e se deve, em grande parte, a inexistência de políticas de reforma agrária e de crédito que beneficiem os pequenos produtores e camponeses e lhes permitam manterem-se “dignamente” vivos, sem terem suas vidas ceifadas em prol da manutenção de um sistema que, raramente, lhes traz maiores esperanças.

A análise histórica dos condicionantes que concorreram para a implantação do PIVAS nos permitiu constatar que embora o projeto tenha sido pensado há mais de 70 anos, com sua viabilidade técnica e econômica aprovada por organismos nacionais e internacionais de pesquisa, por conta da necessidade de satisfação de determinados interesses, a referida obra foi esquecida por sucessivos governos que tinham o poder de transformar o sertão paraibano em um mar de desenvolvimento, através do estabelecimento de uma das maiores áreas de produção agropecuária do país, mas assim não o fizeram.

O PIVAS se desenhou em meio a uma implantação problemática, resultado de discórdias, denúncias e investigações, e dos interesses conflitantes entre os atores que o constituem. A reformulação da proposta inicial na década de 1990 valorizou as terras de latifundiários da elite souse, que anos antes assistiram o apogeu e a decadência de atividades tradicionalmente desenvolvidas e também possibilitou a inserção do capital agrícola exógeno na área, através da chegada de empresas

<sup>13</sup> Embora o INCRA atue no PIVAS desde 2005, somente através da Lei Estadual n.º. 8.972/09, este órgão recebe do governo a concessão do direito real de uso para assentar as famílias acampadas em um distrito de irrigação, no estilo agrovila. Contudo, conforme foi relatado pelos assentados, na área destinada ao perímetro irrigado cada lote será dotado de uma casa de alvenaria.

que passaram a explorar economicamente as terras do projeto.

As mudanças nos rumos do PIVAS provocaram a desapropriação de alguns milhares de hectares de terras para a construção da infraestrutura do mesmo, em sua nova versão, com a consequente indenização de seus proprietários (e a expulsão de seus moradores) e de algumas famílias camponesas, donas de terras, que também habitavam a área em análise.

O tão almejado sonho de promoção do desenvolvimento rural pautado na equidade e eliminação das injustiças sociais no campo parece restar apenas na retórica dos governantes e no olhar do homem do campo, uma vez que o Estado não vem cumprindo o seu papel de implementar medidas que permitam reduzir à hegemonia do capital.

A solução para muitos dos problemas originados pelo direcionamento das políticas públicas para o meio rural esta ligada à descentralização dos aparelhos decisórios. A adoção dessa medida certamente possibilitará a participação ativa de todos os segmentos sociais na elaboração de políticas que primem pelos interesses das populações locais e não pelos interesses políticos e/ou empresariais que crescentemente se aproveitam da eterna complacência do Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: Iº Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA. **Anais**. Petrolina/PE, 1995, p. 17-27.
- BRASIL, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- CARVALHO, Vladimir. **O País de São Saruê**. – Brasília, Edit. UNB, c1986, 180 p. (Coleção Textos de Cinema, 2).
- CAVALCANTI, Josefa S. B.; MOTA, Dalva M.; SILVA, Pedro C. G. da. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 117-150.
- DANTAS, Maria R. M. **O impacto sócio-econômico do algodão na cidade de Sousa-PB**. (Monografia de Especialização). Patos: Fundação Francisco Mascarenhas, 2007, 47 p.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- FARIAS, Arethusa E. M. de. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCEN, 2010.
- FRANÇA, Diego P. I. de; MARIANO NETO, Belarmino; FREIRE, Cleityane S. Do território de exploração ao território de esperança: Experiências de conquista da terra no assentamento Santa Lúcia em Araújo-PB e as novas relações de Trabalho. In: XII Jornada do Trabalho – “A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital”. Curitiba, 05 a 08 de setembro de 2012. **Anais**. Curitiba, 2011, 9 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- IBGE. **Banco de Dados – Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251620>>. Acesso em: 22/05/2014.
- LIMA, Valéria R. P. de. **Gestão dos recursos hídricos: conflito e negociação da água do Canal da Redenção – Sertão da Paraíba**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCEN-PPGG, 2009, 176 pp.
- MACHADO, Gustavo B. Desenvolvimento humano e multifuncionalidade da agricultura familiar no sertão semiárido da Bahia. XLVII Congresso da SOBER. Porto Alegre, 26 a 29 de julho de 2009. **Anais**. Porto Alegre: SOBER/ UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1221.pdf>>. Acesso em: 29/08/11.
- MARIANO NETO, B. **A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social**. João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2004 (Online). Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/espaco-agrario-paraibano-instancia-social/espaco-agrario-paraibano-instancia-social.shtml>>. Acesso em: 27/04/14.
- MATEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2005.
- NÓBREGA, Rubens. Patrimônio Abandonado. **Jornal da Paraíba** (online). João Pessoa, 03 fev. 2012. Blogs & Colunas. Disponível em: <[http://jpb.paraiba1.com.br/blog/rubensnobrega/post/14314\\_patrimonio-abandonado](http://jpb.paraiba1.com.br/blog/rubensnobrega/post/14314_patrimonio-abandonado)>. Acesso em: 09/11/13.
- OLIVEIRA, José A.; ARAUJO, Demilson L. **Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa**. SEDAP/Gerência Executiva de Irrigação do PIVAS, 2010.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. - 41ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. 364 p.
- SEMARH/ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Estudos básicos de aproveitamento hidroagrícola das Várzeas de Sousa: Avaliação detalhada de solos**. v.1. João Pessoa, PB: EMEPA-PB, 1998. 271 p.